

TÍTULO DO TRABALHO			
APONTAMENTOS DO CAPITALISMO DEPENDENTE EM FLORESTAN FERNANDES			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Carlos Henrique Lopes Rodrigues	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	Professor
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Florestan Fernandes, ao analisar o processo histórico do desenvolvimento capitalista no Brasil, em suas diferentes fases, identifica as suas particularidades e como as elites do país atuam em cada um desses momentos. Se no período colonial o pacto colonial impedia que o excedente econômico gerado internamente fosse canalizado para dentro do país, no período posterior, após a Independência, abre-se a possibilidade de utilizá-lo internamente, mas os interesses externos pressionarão para uma dependência que estimulará a continuidade do subdesenvolvimento, cujo objetivo é direcionar a maior parte do excedente para fora. Já na fase do capitalismo monopolista, quando ocorre a industrialização pesada, Florestan percebe o acirramento da dependência, uma vez que o avanço do setor moderno não eliminava estruturas arcaicas do subdesenvolvimento. Baseado em Florestan Fernandes, o artigo demonstrará como as burguesias brasileiras historicamente se articulam para incorporar interesses retrógrados da oligarquia agrária para perpetuar a dupla articulação: dependência externa e segregação social.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Dependência; Subdesenvolvimento; Burguesias.			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Within the objective to analyze the historical process of capitalist development in Brazil, during different phases, Florestan Fernandes identifies its specific features and how the bourgeoisies acts during those phases. If in colonial times the colonial pact had prevented the economic surplus of been kept inside the country, in the next phase, after Independency, there was a possibility to use it inside the country. However, there were external interests that put pressure to a dependency path that stimulated the continuity of the underdevelopment, which objective is to canalize the most part of the surplus outside. During the monopolist capitalism, when Brazil had started the capital goods industrialization, Florestan noticed a deeper process of dependence, especially because the advance of the modern sector had not eliminated the archaic structures of the underdevelopment. Based on Florestan Fernandes, the aim of this article is to demonstrate how the Brazilian bourgeoisies historically articulate themselves to incorporate the backward looking of the agrarian oligarchy to keep your privileged position and to perpetuate the double articulation: external dependency and social segregation.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Dependence; Underdevelopment; bourgeoisies.			
EIXO TEMÁTICO			
Mercado mundial, imperialismo e luta de classes			

APONTAMENTOS DO CAPITALISMO DEPENDENTE EM FLORESTAN FERNANDES

Carlos Henrique Lopes Rodrigues¹

1) Introdução

Florestan Fernandes, na introdução de sua obra *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* (1972), esclarece que seu método de análise não se restringe a identificar o capitalismo tão somente como uma realidade econômica, mas sim como “uma complexa realidade sociocultural, em cuja formação e evolução histórica concorrem vários fatores extra econômicos (do direito e do Estado nacional à filosofia, à religião, à ciência e à tecnologia)” (FERNANDES, 1972, p.9). Isto quer dizer que ele não se enveredará, em sua análise sobre o “mundo subdesenvolvido”, para um método reducionista e/ou economicista e nem mesmo para uma visão que despreza a particularidade brasileira, através de “modelos” que serviriam a todos os países que foram colônias de exploração.

O autor parte de uma perspectiva macrosociológica sobre o desenvolvimento, que significa uma análise interdisciplinar do processo histórico que afeta todas as dimensões da sociedade. Procura entender, desta forma, a relação entre regime de classes e organização capitalista, ou seja, a relação entre classe social e padrão de desenvolvimento.

Florestan Fernandes faz um estudo sobre o processo histórico-social pelo qual passaram os países da América Latina, desde os primeiros contatos com a civilização europeia, através dos chamados “descobrimientos”, até a fase do capitalismo monopolista. Nesse percurso, o autor aprofunda a análise de como a pressão externa por um tipo de organização das economias internas dos países latino-americanos é atendida por suas burguesias e como elas estabelecem relações sociais internas que as beneficiam de maneira irrestrita, além de beneficiar as burguesias externas, sem trazer, contudo, benefícios para grande parte da população.

Esse entendimento profundo só é possível porque Florestan Fernandes consegue esmiuçar o que esses países mantêm a partir de cada mudança na relação que possuem com os países hegemônicos. Ele analisa, por exemplo, como se articulou essa sociedade no período do antigo sistema colonial, e após a sua superação, o que foi mantido, aquilo que foi alterado e como se deu essa transformação. Dessa mesma maneira, o autor trata do neocolonialismo, do imperialismo e da última fase, de modernização, caracterizada pelo imperialismo total sob domínio dos Estados Unidos.

¹ Doutorando em Desenvolvimento Econômico na UNICAMP, mestre em História Econômica pela UNICAMP, Graduado em Ciências Econômicas pela UNESP e professor do curso de Ciências Econômicas da UFVJM. E-mail: chlrodrigues@yahoo.com.br

Florestan Fernandes também vai demonstrar como se deu a “revolução burguesa” nos países subdesenvolvidos da América Latina e porque ela não foi uma revolução de fato, distanciando-a das revoluções de vários outros países, que foram capazes de levá-los a uma posição mais autônoma perante o mundo e permitindo o acesso aos benefícios de grande parte de suas populações nesse processo. Na verdade, para esse processo revolucionário, de fato, a participação popular foi imprescindível. Nos países latino-americanos, o povo foi escoimado do processo. Na verdade, boa parte das burguesias da América Latina não queria aqui uma revolução burguesa-democrática. Elas preferiam uma sociedade de segregação, privilégios, grande concentração de renda e submissão às burguesias dos países desenvolvidos. Essas burguesias foram para o caminho mais fácil de consolidar sua posição por uma espécie de “caminho natural”, fazendo com que a oligarquia agrária fosse se metamorfoseando e incorporando privilegiados de outros setores. Assim, conseguiu compor uma certa “classe burguesa”.

Consolidou-se, dessa forma, uma sociedade de segregação social e dependência externa, na qual essas burguesias não se livraram de suas concepções patrimonialistas, como a de utilizar o Estado em benefício próprio e de seus pares; manter e acentuar sua posição de superprivilegiamento nessa sociedade; organizá-la através dos interesses externos; e destinar a maior parte do excedente econômico para as burguesias externas e apropriar-se de parte dele. Além disso, mantiveram o povo aliado dos benefícios que uma sociedade capitalista pudesse trazer em relação ao modo de produção anterior.

2) Capitalismo Dependente e Revolução Burguesa

A sociedade subdesenvolvida brasileira não pode desprezar seu ponto de partida para a história moderna, ou seja, ser entendida “como parte da expansão do mundo ocidental e do papel que nela tomaram os portugueses” (FERNANDES, 1972, p.9). Isso implica dois fatores principais: o primeiro foi a transição na Europa do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista e, o segundo, a contradição que redundava em uma situação na qual as formas sociais que estavam emergindo alhures não podiam ser introduzidas na colônia pelos portugueses. Nesse sentido, foram promovidas aqui formas estamentais de relações sociais, “graças a simbiose entre grande plantação, trabalho escravo e expropriação colonial” (FERNANDES, 1972, p.10).

Florestan Fernandes procura entender as mudanças que houve no contexto mundial e como elas se reverberam internamente, em função dos interesses da *sociedade de classes*. Identifica o autor três mudanças significativas: i) os vínculos com o antigo sistema colonial; ii) o neocolonialismo criado pelo imperialismo; e iii) os vínculos ao capitalismo monopolista. Isso significa que Florestan Fernandes analisa os processos histórico, econômico e social, marcados por essas relações do grande capital com os países subdesenvolvidos e como estes reagem a esses

vínculos. Quer entender se os vínculos de dependência se fortalecem ou enfraquecem em cada um desses momentos. Contudo, para o autor, “a posição heteronômica da economia do País, em sua estrutura e funcionamento, mantém-se constante. O que varia, porque depende da calibração dos fatores externos envolvidos, é a natureza do nexo de dependência [...]” (FERNANDES, 1972, p.14).

Demonstra o autor que no processo de formação de um Estado nacional no país não ocorreram mudanças significativas tanto na organização da sociedade quanto na organização da economia, pois não houve uma crise que forcejasse a substituição do mandonismo dos senhores rurais. Na verdade, esses teriam transitado para uma aristocracia agrária e mantido seus privilégios. Nesse aspecto, ocorreu a transição do colonialismo português para o neocolonialismo inglês, dado que a Inglaterra havia se transformado na grande potência colonial, ou seja, “os laços coloniais apenas mudaram de caráter e sofreram uma transferência: deixaram de ser jurídico-políticos, para se secularizarem e se tornarem puramente econômicos” (FERNANDES, 1972, p.10).

Contudo, reconhece o autor que no processo histórico-social, do ponto de vista político, diferentemente do ponto de vista econômico, a independência do país significou uma revolução, pois possibilitou o controle interno sobre o excedente econômico.

Em um nível, como revolução política, ele culminou na eliminação das formas preexistentes de expropriação colonial, de fundamento ‘legal’, na reorganização do fluxo interno do excedente econômico, o qual deixou de ser estritamente regulado a partir de fora; e na transferência do poder político institucionalizado para as elites nativas (ou seja, as elites dos estamentos senhoriais). No nível econômico, ele não teve o mesmo sentido revolucionário. As estruturas sociais e econômicas do mundo colonial ficaram intactas, como condição mesma, seja para o controle do poder pelas elites senhoriais nativas, seja por causa das necessidades do mercado mundial, em relação ao qual a *economia tropical* preenche uma função especializada, de natureza heteronômica (FERNANDES, 1972, p.10).

Assim, a independência brasileira é vista por Florestan como uma revolução social, apesar da forma como se desenrolou, principalmente em dois aspectos: “como marco histórico definitivo do fim da ‘era colonial’; e como ponto de referência para a ‘época da sociedade nacional, que com ela se inaugura” (FERNANDES, 2005, p.49). Com a independência, cria-se a possibilidade da exclusividade das decisões políticas sobre o país serem tomadas a partir de interesses nacionais, por isso, do ponto de vista formal, caracteriza-se enquanto uma revolução². Ou seja, é uma sociedade que pode agora organizar-se a partir de dentro e não a partir de fora como vinha ocorrendo.

² “A simples extinção do estatuto colonial já tivera um significado socialmente revolucionário. A Independência acrescenta-lhe o início de um novo tipo de autonomia política: com ela instaura-se a formação da *sociedade nacional*. É

Entretanto, a independência brasileira não significou o envolvimento de grande contingente populacional, de lutas acirradas e proposta de construção de um novo país que atendesse aos anseios de boa parte da população. Na verdade, as elites disputavam a introdução de dois fins políticos: “a internalização definitiva dos centros de poder e a nativização dos círculos sociais que podiam controlar esses centros de poder” (FERNANDES, 2005, p.50). Nesse sentido, o caráter conservador da independência explicita-se “nos propósitos de preservar e fortalecer, a todo custo, uma ordem social que não possuía condições materiais e morais suficientes para engendrar o padrão de autonomia necessária à construção e ao florescimento de uma nação” (FERNANDES, 2005, p.51).

A classe dominante interna conseguiu, com a independência, fortalecer ainda mais seu poder, principalmente político, para, a partir daí, aumentar seus privilégios econômicos e sociais, além de poder, agora, calibrar a intensidade e o ritmo da inserção subordinada, de acordo com interesses e vantagens que pudessem auferir, mesmo que com uma participação dependente e associada ante as burguesias dos países hegemônicos. A elite conseguiu converter a bandeira do liberalismo³ em privilégio para si. De acordo com Florestan Fernandes (2005, p.59), “as formas de poder político, criadas através da implantação de um Estado nacional, foram assimiladas pelos estamentos senhoriais e convertidas, desse modo, em dominação estamental propriamente dita”.

Assim, as classes altas e privilegiadas mantiveram, após a independência e a formação de um Estado nacional, uma sociedade cuja base da economia se manteve através do trabalho escravo; grandes latifúndios; atividades voltadas às exportações; e controle a seu favor, de boa parte do excedente econômico.

O rompimento do domínio colonial era a única forma da classe dominante interna exercer completamente seu poder, pois sem o julgo colonial, não tem mais, pelo menos do ponto de vista legal, que obedecer às regras estabelecidas no além-mar. Com o fim do antigo sistema colonial⁴ e,

nessa conexão que está o aspecto verdadeiramente revolucionário e que transcendia os limites da situação de interesses da casa reinante” (FERNANDES, 2005, p.49).

³ “O liberalismo não aparece no cenário histórico-social como conexão da preservação do passado. Ao contrário, ele constituía uma das formas que trabalhavam para seu sepultamento, já que a manutenção do *status quo ante* colidia com seu sistema de valores e com sua filosofia política. Onde o Estado nacional emergente se converte em favor da preservação da escravidão, do princípio e da dominação senhorial e da transformação da Monarquia constitucional em cômoda transação das elites senhoriais, isso se dá acima, independentemente e contra as ‘ideias’ e os ‘princípios’ liberais [...]. Essa correlação entre o ‘velho’ e o ‘novo’ evidencia que o Estado preenchia funções sociais manifestas em dois níveis distintos. As elites dos estamentos senhoriais precisavam dele, quase na mesma proporção: 1º) para manter as estruturas sociais que poderiam privilegiar seu prestígio social e, portanto, conduzi-las ao monopólio social do poder político; 2º) para expandir ou fomentar o aparecimento de condições econômicas, sociais e culturais que deveriam formar o substrato de uma sociedade nacional” (FERNANDES, 2005, p.66-67).

⁴ O pacto colonial ou exclusivo metropolitano, estabelecido pelas regras do antigo sistema colonial, redundava em uma situação de extremo privilégio para a metrópole, na qual, por um lado, ela seria a única compradora dos produtos ofertados pela colônia, caracterizando-se uma situação de monopólio, de outro lado, a metrópole seria a única vendedora que a colônia poderia adquirir suas mercadorias manufaturadas, estabelecendo-se um monopólio. Nessa relação de exclusivo metropolitano, a metrópole conseguia um saldo significativo em sua balança comercial, por meio da inequivalência das trocas, ou seja, comprar barato da colônia produtos primários, que a metrópole não produzisse, e vender caro produtos que a colônia necessitava. Para maiores informações ver Novais (2006), p.72 e segs. Nas palavras de Caio Prado Jr (1997, p.31), eis o *sentido da colonização*: “no seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional,

posteriormente, a independência⁵, pode essa elite interna estabelecer oficialmente e legalmente suas regras em seu benefício, construindo o novo, mas preservando o velho onde lhe conviesse⁶.

O fim do estatuto colonial e a formação do Estado nacional possibilitaram que uma maior parte do excedente econômico gerado internamente passasse a ser canalizado para dentro do país, resultando em maior fluxo de renda interno, que teve, como um de seus desdobramentos, o desenvolvimento de uma diversificada rede de serviços e o estímulo ao crescimento do setor urbano.

Essa nova situação redundava em um grande benefício para o senhor agrário e seus apaniguados, que conseguiram fortalecer-se politicamente, manter e aumentar seu prestígio social, seu poder econômico e estamental, além de imprimir uma relação patrimonialista com o Estado – mesmo que com um verniz de liberalismo. Contudo, o que estava em andamento era, na verdade, o superprivilegiamento e o mandonismo. Além disso, alijar-se-ia, do processo de formação do Estado nacional, grande parte da população e manter-se-iam as relações de produção através do trabalho escravo e da segregação social. Enfim, constituiu-se um Estado sempre pronto para defender os interesses da lavoura e transferir-lhe renda em qualquer momento que demandasse. Assim foi com o Convênio de Taubaté e a crise de 1929, promovendo um processo de socialização das perdas, isto é, quando a lavoura ia bem os benefícios/lucros eram monopolizados pelos produtores, mas quando havia uma crise internacional que promove sua baixa, em função da diminuição de demanda agregada, o Estado utilizava-se dos recursos dos tributos egressos do trabalho vivo para destiná-los, a fundo perdido, para a lavoura, ou seja, para a elite econômica no comando e assim minimizar seus prejuízos.

No desenvolvimento desse tipo de capitalismo, caracterizado enquanto colônia de exploração, é possível identificar “uma organização aristocrática, oligárquica ou plutocrática da sociedade [que] sempre concentrou extremamente a riqueza, o prestígio social e o poder em alguns estratos privilegiados” (FERNANDES, 1975, p.11). Essa institucionalização política do poder desembocaria na “exclusão permanente do povo e o sacrifício consciente de um estilo democrático de vida. A integração nacional como fonte de transformações revolucionárias e de desenvolvimento econômico, sociocultural e político, tornou-se impossível” (FERNANDES, 1975, p.11-12).

a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical”.

⁵ “É provável que a transferência prévia da Corte tenha contribuído também para quebrar o acentuado provincianismo colonial e para alargar o horizonte cultural dos setores mais ativos e esclarecidos das elites dos estamentos senhoriais” (FERNANDES, 2005, p.73).

⁶ “As impossibilidades históricas formam uma cadeia, uma espécie de círculo vicioso, que tende a repetir-se em quadros estruturais subsequentes. Como não há ruptura definitiva com o passado, a cada passo esse se reapresenta na cena histórica e cobra o seu preço, embora sejam muito variáveis os artifícios da ‘conciliação’ (em regra, uma autêntica negação ou neutralização da reforma)” (FERNANDES, 2005, p.238).

Destarte, as camadas privilegiadas colocaram seus interesses como os interesses da Nação⁷, desta forma, “os interesses particularistas das camadas privilegiadas, em todas as situações, podiam ser tratados facilmente como ‘os interesses supremos da Nação’, estabelecendo uma conexão estrutural interna para as piores manipulações do exterior” (FERNANDES, 1975, p.12). Nesses termos, trata-se “de uma tradição colonial de subserviência, baseada em fins econômicos, mas também na cegueira nacional, até certo ponto estimulada e controlada a partir de fora” (FERNANDES, 1975, p.12).

Como desdobramento do processo de constituição do capitalismo na América Latina, há dois grandes dilemas: o primeiro refere-se às “estruturas econômicas, socioculturais e políticas internas que podem absorver as transformações do capitalismo, mas que inibem a integração nacional e o desenvolvimento autônomo” (FERNANDES, 1975, p.26); e o segundo diz respeito à “dominação externa que estimula a modernização e o crescimento, nos estágios mais avançados do capitalismo, mas que impede a revolução nacional e uma autonomia real” (FERNANDES, 1975, p.26).

A condição de dependência e de subdesenvolvimento é estimulada pela pressão externa por extração do excedente, com anuência da classe dominante interna, que cria as condições para essa extração, através da forma de inserção do país na reprodução ampliada do capital e pela sua posição heteronômica, principalmente porque “dependência e subdesenvolvimento são um bom negócio para os dois lados” (FERNANDES, 1975, p.26).

Uma característica central do capitalismo dependente é o fato de a maior parte de suas receitas originarem-se da exportação de produtos primários e também o fato de manterem estruturas arcaicas de produção. À primeira vista, pode parecer uma fragilidade dessa classe dominante – em relação à classe dominante externa, com certeza –, mas em relação à classe trabalhadora essa aparente fraqueza é desmistificada, pois nela é jogado todo o peso de eventuais problemas de demanda externa e mudanças nos preços de suas mercadorias exportadas.

No capitalismo subdesenvolvido, a existência de formas arcaicas de produção é importante para seu equilíbrio e sua manutenção, caso contrário, os momentos de crise do ciclo poderiam levar a retrocessos econômicos significativos e definitivos. Em contrapartida, períodos de prosperidade e expressivo crescimento econômico não significam caminhar para um capitalismo menos dependente⁸.

⁷ Marx afirmará que a classe que surge enquanto classe dominante tem, necessariamente, que conquistar o poder político e, além disso, criar a sensação de que os seus interesses enquanto classe são os interesses de todas as classes, ou seja, “toda classe que aspira à dominação, mesmo que essa dominação, como no caso do proletariado, exija a superação de toda a antiga forma de sociedade e de dominação em geral, deve conquistar primeiro o poder político, para apresentar seu interesse como interesse geral, ao que está obrigada no primeiro momento (MARX, 1996, p.49).

⁸ “Como a articulação se dá ao nível dos interesses estritamente lucrativos do capital, no qual a ação econômica adquire significado e funções capitalistas, independentemente das formas de organização das relações de produção, tanto o setor arcaico mantém, cronicamente, sua dependência diante do capital externo quanto o setor moderno surge em um clima

Para a grande empresa, ligada ao setor moderno, o “mínimo de racionalidade” é garantido pelo Estado, institucionalmente. Apesar disso, há imprevisões e improvisações em uma magnitude muito acentuada em relação à sua atuação nos países desenvolvidos. Nesse sentido, há possibilidades de as instabilidades aumentarem, mesmo porque nos países subdesenvolvidos qualquer variação no mercado internacional repercute direta e intensamente nesses países. Por exemplo, uma diminuição dos preços das mercadorias exportadas, devido a crises ou guerras, pode desembocar em mudança cambial, alteração de tarifas e reverberar para uma alteração do controle externo e gerar possibilidades momentâneas de crescimento de setores econômicos internos.

Nesse contexto, os setores arcaicos tendem a ganhar mais força e funcionam como um colchão amortecedor para as burguesias nativas, nesse momento de descontrole dos núcleos externos em relação aos países subdesenvolvidos. “Assim, os agentes econômicos que operam através de estruturas arcaicas estão mais protegidos na parte de suas ações econômicas que se desenrolam no *background* extra capitalista, que naqueles que se inserem no setor moderno” (FERNANDES, 1972, p.75).

Destarte, a situação das economias subdesenvolvidas é, pelo menos, duplamente prejudicada. De um lado, há burguesias que não perspectivam um capitalismo autônomo ou autossuficiente e nem em momentos de crescimento econômico diminuem sua dependência ante o grande capital internacional, relacionando-se com este enquanto uma associação econômica dependente; e, de outro lado, sofrem com a forma de atuação das burguesias internacionais que veem essas economias dependentes como puro espaço de reprodução ampliada do capital, sem qualquer vínculo com o desenvolvimento dessas regiões.

Florestan Fernandes foge de dois sentidos comuns equivocados, de muitas interpretações sobre a revolução dos países periféricos, que partem das seguintes premissas: i) esses países passariam pelos mesmos processos das Revoluções Burguesas ocorridas no centro e, desta forma, a dependência e o subdesenvolvimento seriam momentos de transição⁹ e; ii) não haveria a necessidade de uma ruptura com a dominação externa para um desenvolvimento capitalista autônomo¹⁰.

de associação indireta com esse capital (mediante suas articulações com o setor arcaico) e cresce configurando-se como este último (pela presença maciça ou pela associação crônica com o capital externo)” (FERNANDES, 1972, p.53).

⁹ “Ao que parece, prevaleceu a ideia de que a dependência e o subdesenvolvimento seriam estágios passageiros, destinados a desaparecer graças ao caráter fatal da autonomização progressiva do desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, seria legítimo admitir que a periferia dependente e subdesenvolvida tenderia a repetir a história das nações centrais. Ignorou-se que a expansão capitalista da parte dependente da periferia estava fadada a ser permanentemente remodelada por dinamismos das economias capitalistas centrais e do mercado capitalista mundial, algo que Rosa Luxemburgo deixara bem esclarecido em sua teoria geral de acumulação capitalista” (FERNANDES, 2005, p.338-339).

¹⁰ “Deixou-se de considerar que a autonomização do desenvolvimento capitalista exige, como pré-requisito, a ruptura da dominação externa (colonial, neocolonial ou imperialista). Desde que esta se mantenha, o que tem lugar é um desenvolvimento capitalista *dependente*. É claro que o crescimento capitalista se dá acelerando a acumulação de capital ou a modernização institucional, mas mantendo, sempre, a expropriação capitalista externa e o subdesenvolvimento relativo, como condições e efeitos inelutáveis” (FERNANDES, 2005, p.339).

Ignorou-se que a apropriação dual do excedente econômico – a partir de dentro, pela burguesia nacional; e, a partir de fora, pelas burguesias das nações capitalistas hegemônicas e por sua superpotência – exerce tremenda pressão sobre o padrão imperializado dependente e subdesenvolvido) de desenvolvimento capitalista, provocando uma hipertrofia acentuada de fatores sociais e políticos da dominação burguesa. A extrema concentração social da riqueza, a drenagem para fora de grande parte do excedente econômico nacional, a consequente persistência de formas pré ou subcapitalistas de trabalho e a depressão medular do trabalho assalariado, em contraste com altos níveis de aspiração econômica, sociocultural e política produzem, isoladamente e em conjunto, consequências que sobrecarregam e ingurgitam as funções especificamente políticas da dominação burguesa (quer em sentido autodefensivo, quer numa direção puramente repressiva). Criaram-se e criam-se, desse modo, requisitos sociais e políticos de transformação capitalista e da dominação burguesa que não encontram contrapartida no desenvolvimento capitalista das nações centrais e hegemônicas (mesmo onde associação de fascismo com expansão do capitalismo evoca o mesmo modelo geral autocrático-burguês) (FERNANDES, 2005, p.341).

Devido às suas características intrínsecas, no capitalismo dependente e subdesenvolvido, há a hipertrofia das decisões políticas, pois “é um capitalismo selvagem e difícil, cuja viabilidade se decide com frequência por meios políticos e no terreno político” (FERNANDES, 2005, p.341). Para as burguesias externas, é importante o fortalecimento e a estabilidade das burguesias periféricas, pois caso contrário, elas poderiam se rebelar e caminhar para uma política econômica mais autônoma¹¹.

¹¹ Quanto mais se aprofunda a transformação capitalista, mais as nações capitalistas centrais e hegemônicas necessitam de ‘parceiros sólidos’ na periferia dependente e subdesenvolvida – não só uma burguesia articulada internamente em bases nacionais, mas de uma burguesia bastante forte para saturar todas as funções políticas autodefensivas e repressivas da dominação burguesa. Essa necessidade torna-se ainda mais aguda sob o imperialismo total, inerente ao capitalismo monopolista, já que, depois da Segunda Guerra Mundial, ao entrar numa era de luta pela sobrevivência contra os regimes socialistas, tais nações passaram a depender das burguesias nacionais das nações capitalistas dependentes e subdesenvolvidas para preservar ou consolidar o capitalismo na periferia. Pensar que isso acarreta uma depressão dos requisitos políticos do capitalismo dependente é uma ilusão. Semelhante situação exacerba, ainda mais, a importância do elemento político para o desenvolvimento capitalista dependente e subdesenvolvido. Já não só a possibilidade mas também a persistência da transformação capitalista e da dominação burguesa vão passar por um eixo especificamente político. Se as burguesias nacionais da periferia falharem nessa missão política, não haverá nem capitalismo, nem regime de classes, nem hegemonia burguesa sobre o Estado. O que sugere que a Revolução Burguesa na periferia é, por excelência, um fenômeno essencialmente político, de criação, consolidação e preservação de estruturas de poder predominantemente políticas, submetidas ao controle da burguesia ou por ela controláveis em quaisquer circunstâncias” (FERNANDES, 2005, p.342-343).

O período das Revoluções Burguesas “retardatárias” na periferia marca um momento em que suas burguesias, para garantir a exclusividade do poder político e econômico, buscam se fortalecer cada vez mais e, com isso, promovem, na verdade, uma contrarrevolução¹².

O controle político se torna uma condição *sine qua non* para as burguesias retardatárias, pois através do Estado elas atuarão com forte repressão, intransigência e força contra as demandas da outra classe social.

As transformações ocorridas com a revolução burguesa “retardatária” não permite promover alterações que estabeleçam: o fim de formas pré-capitalistas de exploração; a homogeneidade da estrutura produtiva; e o ingresso da população, em geral, nessa nova forma de organização da sociedade e do Estado, apenas algumas regiões e um conjunto restrito da população conseguem viver em regiões e situações privilegiadas por essas transformações¹³.

Na fase de transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista, a dupla articulação se aprofunda devido, principalmente, à ampliação da dominação imperialista. Desta forma, não se pode alimentar esperanças de que uma industrialização avançada no país pudesse fazê-lo caminhar em direção a um capitalismo autônomo, pois não se rompeu com o desenvolvimento desigual interno e a dominação externa¹⁴.

Havia, inegavelmente, a possibilidade de as burguesias brasileiras encaminharem de outra maneira o processo como se deu no país, que levasse à ruptura com a dependência externa e ao desenvolvimento desigual interno. Contudo, essa “opção” não foi levada em consideração por essas burguesias que se negaram a promover uma revolução democrático-burguesa¹⁵.

Nessas condições, a “dupla articulação não impede a revolução nacional; ao contrário, sob o capitalismo dependente a revolução nacional é igualmente necessária, pois ela constitui o verdadeiro eixo político da dominação burguesa e do controle do Estado pela burguesia”

¹² “As burguesias que só agora chegaram ao vértice de suas possibilidades – e em condições tão difíceis – viram-se patrocinando uma transformação da ordem que perdeu todo o seu significado revolucionário. Ela é parte da ‘Revolução Burguesa’ porque se integra a um processo que se prolonga no tempo e se reflete nas contradições das classes que se enfrentam, historicamente com objetivos antagônicos. No fundo tais burguesias pretendem concluir uma Revolução que para outras classes, encarna atualmente a própria contrarrevolução” (FERNANDES, 2005, p.344).

¹³ “De fato, somente São Paulo capitalizou as transformações essenciais, de longa duração, e a mudança fundamental do cenário reflete-se, de modo geral, mais no topo do sistema de classes, pois só os grupos com posições estratégicas (centrais ou mediadoras e intermediárias) no *ciclo econômico da industrialização intensiva* tiveram um aumento real (na verdade desproporcional) do poder socioeconômico e político” (FERNANDES, 2005, p.347).

¹⁴ “A dupla articulação não cria, apenas, o seu modelo de transformação capitalista. Ela também engendra uma forma típica de dominação burguesa, adaptada estrutural, funcional e historicamente, a um tempo, tanto às condições e aos efeitos do desenvolvimento desigual interno quanto às condições e efeitos da dominação imperialista” (FERNANDES, 2005, p.349).

¹⁵ “É claro que nada impedia – a não ser a polarização conservadora da consciência burguesa, exclusivamente isolada dentro de seus interesses de classe e de dominação de classe – que a revolução nacional fosse encaminhada de outra maneira, mesmo dentro do capitalismo. Não é difícil, até, conceber uma alternativa ‘possível’, pela qual a opção burguesa passaria por uma vertente radical, culminando na destruição simultânea do desenvolvimento desigual interno e da dominação imperialista externa” (Fernandes, 2005, p.349).

(FERNANDES, 2005, p.350). Contudo, essas burguesias não enfrentam o problema da dupla articulação¹⁶.

A maneira pela qual as burguesias brasileiras imprimem suas formas de dominação tem como desdobramento o desenvolvimento de um “capitalismo selvagem” e a sensação de que há dois tipos de nações dentro do país, pois há, de um lado, uma camada da sociedade privilegiada, com um nível de renda e consumo extremamente altos e, de outro lado, uma camada da população miserável e com baixa inserção no mercado¹⁷.

Como resultado, as burguesias brasileiras acabam por atuar de maneira “pró-imperialista”, não impondo restrições à dominação externa. Muito pelo contrário, criam as condições para que a dominação externa se operacionalize e intensifique sua atuação, mantendo, inclusive, formas de produção pretéritas que fortalecem o outro pé da dupla articulação, que é o desenvolvimento desigual interno¹⁸.

Essas burguesias brasileiras conseguiram se apropriar do Estado e conter os movimentos reivindicatórios de grande parte da sociedade, principalmente, a partir da ditadura militar, em que estes últimos identificavam-se com o projeto de sociedade dessas burguesias, isto é, um projeto que mantinha e aprofundava a dupla articulação. Assim, anularam grande parte das demandas da sociedade civil, principalmente as relacionadas às reformas que amenizassem e mesmo rompessem com a dependência externa e o desenvolvimento desigual interno. Com isso, as burguesias

¹⁶ “A *opção interna* das classes burguesas por um tipo de capitalismo imola a sociedade brasileira às iniquidades do desenvolvimento desigual interno e da dominação imperialista externa” (FERNANDES, 2005, p.353).

¹⁷ “[Há] três funções derivadas centrais para essa forma de dominação burguesa. Primeiro, ela visa, acima de tudo, preservar e fortalecer as condições econômicas, socioculturais e políticas através das quais ela pode manter-se, renovar-se e revigorar-se, de maneira a imprimir ao poder burguês, que ela contém, continuidade histórica e o máximo de eficácia. Segundo, ela visa ampliar e aprofundar a incorporação estrutural e dinâmica da economia brasileira no mercado, no sistema de produção e no sistema de financiamento das nações capitalistas hegemônicas e da ‘comunidade internacional de negócios’, com o objetivo de garantir o máximo de continuidade e de intensidade aos processos de modernização tecnológica, de acumulação capitalista e de desenvolvimento econômico, e de assegurar ao poder burguês meios externos acessíveis de suporte, de renovação e de fortalecimento. Terceiro, ela visa preservar, alargar e unificar os controles diretos e indiretos da máquina do Estado pelas classes burguesas, de maneira a elevar ao máximo a fluidez entre o poder político estatal e a própria dominação burguesa, bem como a infundir ao poder burguês a máxima eficácia política, dando-lhe uma base institucional de autoafirmação, de autodefesa e de autoirradiação de natureza coativa e de alcance nacional” (FERNANDES, 2005, p.354).

¹⁸ A dupla articulação faz com que vários focos de desenvolvimento econômico pré ou sub-capitalistas mantenham, indefinidamente, estruturas socioeconômicas e políticas arcaicas ou semiarcaicas operando como impedimento à reforma agrária, à valorização do trabalho, à proletarianização do trabalhador, à expansão do mercado interno etc. Ela também faz com que a especulação se desenrole num contexto que é antes quase colonial que puramente capitalista, em todas as esferas da vida econômica (embora com predomínio do setor industrial, financeiro; e do capitalismo urbano-industrial sobre o capitalismo agrário). Ela impede também que as estruturas econômicas efetivamente modernizadas fiquem expostas a controle societário eficiente, permitindo que a eclosão industrial continue largamente submetida ao velho modelo dos ciclos econômicos, tão destrutivo para o desenvolvimento orgânico de uma economia capitalista integrada em escala nacional. A ausência desse controle societário tão eficiente confere ainda uma liberdade quase total à ‘grande empresa’, nacional ou estrangeira, em todos os ramos de negócios, e à devastadora penetração imperialista em todos os meandros da vida econômica brasileira (Fernandes, 2005, p.356).

brasileiras puderam se apropriar do Estado com uma intensidade e uma forma que não conseguiriam através de um “Estado democrático-burguês nacional”¹⁹.

Apesar do “êxito relativo da burguesia brasileira”²⁰, seu movimento teve como resultado uma contrarrevolução, no sentido de abandonar completamente as bandeiras desfraldadas pelas burguesias clássicas, rompendo com as “tradições republicanas” das quais deveria ser incontestemente portadora.

As burguesias brasileiras aproveitaram os momentos mais intensos de conflitos sociais para capitanear, em benefício próprio, mudanças que as fortaleciam e que levavam cada vez mais a sociedade para uma dominação autoritária, distanciando-se de uma revolução de cunho democrático-burguesa²¹.

Essa classe dominante passou a ter clareza que, a partir das mudanças do capitalismo monopolista e do imperialismo total, o predomínio e a expansão de seus privilégios dar-se-iam através do fortalecimento da dupla articulação, e não através de seu enfraquecimento. Desta forma, todos os movimentos contrários à dependência externa e ao desenvolvimento interno desigual tinham que ser veementemente combatidos e essas burguesias não mediram esforços para reprimir quaisquer movimentos que questionassem e/ou se contrapusessem a maneira pela qual o país entrou na fase do capitalismo monopolista.

¹⁹ “A natureza autoritária do presidencialismo e a forte lealdade dos militares à dominação burguesa, com sua profunda e obstinada identificação com alvos que ela perseguia, facilitaram sobremaneira o processo implícito de domesticação particularista do Estado. É claro, de outro lado, que a militarização das estruturas e funções do Estado nacional simplificou e fortaleceu todo o processo, conferindo, finalmente, à vinculação da dominação burguesa com uma ditadura de classe explícita e institucionalizada uma eficácia que ela jamais alcançaria sob o Estado democrático-burguês. Todavia, essa evolução não suprime a vulnerabilidade da ordem burguesa, tão ampliado sob o capitalismo dependente e subdesenvolvido” (FERNANDES, 2005, p.359).

²⁰ Esse “êxito relativo” que redundou na industrialização está relacionado, principalmente a quatro fatores: “as características demográficas, econômicas, e sociais da sociedade brasileira, que tornavam viável e fácil uma nova eclosão do industrialismo e a aceleração do crescimento econômico com colaboração externa; a assistência técnica, econômica e política intensiva das nações capitalistas hegemônicas e da ‘comunidade internacional de negócios’; a forte intensificação das Forças Armadas com os móveis econômicos, sociais e políticos das classes burguesas e sua contribuição prática decisiva na rearticulação do padrão compósito de dominação burguesa; a ambiguidade dos movimentos reformistas e nacionalistas de cunho democrático-burguês e a fraqueza do movimento socialista revolucionário, com forte penetração pequeno-burguesa e baixa participação popular e operária” (FERNANDES, 2005, p.360-361).

²¹ “As classes e os extratos de classes burguesas exploraram em proveito próprio tanto os conflitos sociais intestinos quanto os conflitos com o proletariado, as classes trabalhadoras em geral e as classes marginalizadas ou excluídas. Os conflitos faccionais foram capitalizados exclusivamente pela própria burguesia, em vez de servir de base para a dinamização das propaladas ‘reformas de estrutura’, a aceleração e o aprofundamento da revolução nacional ou de possíveis ‘aberturas’ à democratização da riqueza e do poder. Os conflitos com as classes antagônicas, ao serem estigmatizadas, postas ‘fora da ordem’ e sufocadas por meios repressivos e violentos, perderam sua conexão com a revolução nacional democrático-burguesa, sendo capitalizados, também, por sua vez, pela própria burguesia. Ao ‘defender a estabilidade da ordem’, portanto, as classes e os estratos de classes burgueses aproveitaram aqueles conflitos para legitimar a transformação da dominação burguesa em uma ditadura de classe preventiva, e para privilegiar o seu poder real, nascido dessa mesma dominação de classe, como se ele fosse uma encarnação da ordem ‘legitimamente estabelecida’. É claro que *nação burguesa* era, assim, sobreposta e passava a imperar sobre a *nação legal*. Mas a burguesia estava preparada para aceitar esse deslocamento da ordem (na verdade, uma contrarrevolução que envolvia, inclusive, o recurso à guerra civil) como algo necessário, que se fazia para salvaguardar ‘a legalidade’, ‘a ordem democrática e o interesse do povo’” (FERNANDES, 2005, p.369).

Historicamente, essas burguesias não surgem eliminando o passado e o superando, pelo contrário, elas vão acomodando diversos setores dominantes, principalmente as oligarquias e seus *modos operandi*²², tendo dificuldade em se firmar como um corpo homogêneo e dominante. Entretanto, era necessário superar essa heterogeneidade na fase do capitalismo monopolista e do imperialismo total para superar a crise dessas burguesias²³.

Antes da irrupção do capitalismo monopolista no Brasil, sob domínio dos Estados Unidos, a dominação burguesa sofria uma crise devido às cisões internas que havia entre si, somando-se a isso a insatisfação e a pressão populares.

a situação era *potencialmente pré-revolucionária*, devido ao grau de desagregação, de desarticulação e de desorientação da própria dominação burguesa, exposta ininterruptamente, da segunda década do século à ‘revolução institucional’ de 1964, a um constante processo de erosão intestina. As classes e estratos de classe burgueses divergiam e se digladiavam entre si por causa de vários interesses em conflito, que poderiam ser facilmente conciliados se o grau de unificação e de centralização do poder burguês tivesse caminhado com maior velocidade (especialmente no nível institucional; e, em particular, na atuação das associações patronais, dos partidos políticos e do Estado). Os conflitos em tela não abriam

²² “As quatro décadas que se sucederam ao fim da Primeira Guerra Mundial constituem o período nuclear de maturação histórica da burguesia brasileira. Esse período não representa, como muitos acreditam, a ‘época de formação’ dessa burguesia (muito anterior); nem, como sustentam outros, ele corresponde à ‘época de crise da oligarquia’ (pois essa crise se desenrolou, no Brasil, como uma recomposição das estruturas econômicas, sociais e políticas herdadas do passado, pela qual os estratos sociais de origem oligárquica, antiga ou recente, foram reabsorvidos pela organização da sociedade de classe em constituição e expansão). Não ocorreu, portanto, um verdadeiro deslocamento da ‘velha classe’ ou das ‘velhas classes’ dominantes, por ‘novas classes’ dominantes, de forma hodierna. Mas um fenômeno muito mais amplo e (embora não pareça) mais dramático: a coalescência estrutural dos vários estratos sociais e das várias categorias econômicas que formavam as ‘classes possuidoras’, crescentemente identificadas com uma concepção burguesa do mundo e com um estilo burguês de vida, graças à rápida e contínua aceleração da revolução urbano-comercial e, em seguida, à industrialização. Os estamentos dominantes do ‘antigo regime’ imergem e desaparecem, assim, nas estruturas da ordem social competitiva e da *sociedade de classes* em constituição ou em expansão (conforme a região ou a localidade do país que se considere). Contudo, as oligarquias, ‘tradicionais’ ou ‘modernas’, sofrem muito pouco com isso, e a crise de reabsorção pela qual elas passam não possuem o mesmo significado histórico que o aparecimento da burguesia como um categoria histórico-social e uma comunidade política. Este é o fato principal neste período. Desencadeia-se um amplo e profundo processo de socialização do poder econômico, social e político, pelo qual as classes sociais burguesas se unem, a partir de sua situação material de interesses, de seu estilo de vida e de sua concepção de mundo. O predomínio dos interesses agrário-comerciais, de início, pôs certos obstáculos a esse processo. No entanto a Revolução de 1930 indica que ele já havia se aprofundado e difundido seriamente, muito antes que os interesses industriais e financeiros lograssem a predominância relativa que iriam alcançar com o Estado Novo e, especialmente, durante e após a Segunda Guerra Mundial. A burguesia que fora um resíduo social, mais tarde, um estrato pulverizado e disperso na sociedade brasileira, que se perdia nos estamentos intermediários e imitava servilmente a aristocracia, ganha sua fisionomia típica e se impõe como um corpo social organizado, que constitui a cúpula da sociedade de classes e sua grande força socioeconômica, cultural e política” (FERNANDES, 2005, p.362).

²³ “A burguesia brasileira ignorou o que se poderia chamar de ‘dura realidade’ de sua condição durante muito tempo – pelo menos enquanto não teve de se defrontar com os problemas suscitados pela industrialização intensiva, *mantidos o subdesenvolvimento interno e a dominação imperialista externa*. A partir do momento em que começa a e defrontar com tais problemas e, em particular, a partir do momento subsequente, em que se viu diretamente ameaçada em sua existência e em sua capacidade de sobrevivência a esses mesmos problemas, a burguesia brasileira teve de realizar uma revolução copérnica, tanto em seu horizonte cultural quanto em seu círculo político” (FERNANDES, 2005, p.370).

nenhum risco à sobrevivência da dominação burguesa e do poder burguês. Todavia, como eles não encontravam solução rápida e superação definitiva, inibiam ou paralisavam as potencialidades sociodinâmicas da dominação burguesa e restringiam substancialmente a eficácia política do poder burguês, cronicamente pulverizado e oscilante. Ambos se mantinham e cresciam pelo efeito estático da expansão da economia capitalista e do regime de classes (incluindo-se, naquele efeito, o baixo teor de contestação política antiburguesa das massas assalariadas urbanas e rurais)²⁴ (FERNANDES, 2005, p.375),

Essa falta de unidade entre a classe dominante, apesar de não ameaçar seu poder e sua posição privilegiada, dificultava e mesmo impedia a formação de uma unidade entre si, que controlasse e centralizasse o Estado brasileiro para promover as mudanças necessárias à introdução, no país, do capitalismo monopolista.

Foi a expansão do capitalismo internamente, principalmente na fase competitiva, que promoveu o regime de classes e culminou em pressões sobre as burguesias internas que, sem alternativa ou um projeto democrático-burguês, convergiram em seus interesses e promoveram a solidariedade de classe burguesas²⁵. De acordo com Florestan (2005), foram três fatores os responsáveis por promover essa solidariedade de classe das burguesas brasileiras. O primeiro se refere “às ‘pressões dentro da ordem’, através das quais classes ou estratos de classe burgueses tentavam se autoprotger ou se autoprivilegiar, exorbitaram os limites burgueses e as identificações pró-burguesas”²⁶ (FERNANDES, 2005, p.376-377). O segundo diz respeito à necessidade da

²⁴ “A articulação política ativa, espontânea e deliberada mal atingia as forças burguesas e pró-burguesas diretamente investidas do poder político estatal ou empenhadas em canalizar a sua aplicação. De outro lado, os conflitos tolerados e contidos ‘dentro da ordem’ se agravavam continuamente, em grande parte como consequência dessa inibição e paralização da dominação burguesa e do poder burguês. Não só certos estratos da alta burguesia se lançavam uns contra os outros, defendendo políticas econômicas ou privilégios exclusivos. Os setores médios convergiam suas frustrações e suas aspirações em fatores que dissociavam o radicalismo burguês da ordem burguesa *existente e possível*. Por conseguinte, eram as classes e os estratos de classe burgueses que rasgavam as fendas pelas quais a instabilidade política se instaurava no âmago dos conflitos de classes, no intento frequente de dinamizar em proveito próprio o radicalismo pró-burguês ou antiburguês das massas populares, em geral, ou do proletariado urbano e dos trabalhadores rurais, em particular” (FERNANDES, 2005, p.375).

²⁵ “Embora em nenhum momento uma ‘pressão dentro da ordem’ chegasse a transcender os interesses e os projetos burgueses, ela dividia e fragmentava a burguesia, ao mesmo tempo em que solapava e impedia a aceleração dos processos de unificação e a centralização do poder burguês, diretamente ou mediante a unificação e centralização do poder político do Estado nacional. Definiam-se, assim, várias órbitas, em permanente atrito, em torno das quais gravitavam os projetos de revolução nacional, o que fazia com que as classes e os estratos de classes burgueses não conseguissem chegar a uma conciliação fundamental, em torno de alvos e interesses comuns a toda a burguesia. Em tão largo período, essas classes e estratos de classe mais aprenderam ‘o que não deviam fazer’, para não se prejudicarem de modo irremediável, do que ‘o que deveriam fazer’, para articular seus interesses de classe numa comunidade política” (FERNANDES, 2005, p.376).

²⁶ “Em suma, as classes e os estratos de classe burgueses não tinham como servir-se do radicalismo burguês para captar a simpatia e o apoio das massas populares sem ao mesmo tempo aprofundar seus conflitos entre si e, o que era mais importante, sem arriscar os fundamentos materiais e políticos da organização social competitiva sob o capitalismo dependente e subdesenvolvido. A esse fato acrescentam-se a emergência e a difusão de movimentos de massa antiburgueses, nas cidades e até em algumas áreas do campo. Tais movimentos estavam longe de representar um ‘perigo imediato’, pelo menos em si e por si mesmos. Todavia, eles encontravam uma ressonância intimidadora e continham

burguesia de manter o controle do poder estatal, que se convertera em grande força administrativa (corpo técnico e funcionário) e socioeconômica (empresas estatais e projetos governamentais)²⁷. Já o terceiro foco de pressão guarda relação com

a industrialização intensiva e a eclosão do capitalismo monopolista alargaram e aprofundaram, de maneira explosiva, as influências externas sobre o desenvolvimento capitalista interno, exigindo das classes e dos estratos de classe burgueses novos esquemas de ajustamento e de controle daquelas influências. Era impossível deter semelhante processo, nascido da própria estrutura mundial do capitalismo e incentivado pelo caráter dependente da economia capitalista brasileira. Se, como parte da autodefesa e da autoafirmação da ‘iniciativa privada’ em geral, se impunha defender e aumentar a associação com os ‘capitais externos’, fomentando os ritmos das ‘inversões estrangeiras’ e, com elas, os da organização controlada de fora, a autoproteção de classe burguesa brasileira estabelecia um limite à ‘interdependência’. Acima do afluxo de capitais, de tecnologias e de empresas e, mesmo, acima da aceleração do desenvolvimento capitalista estava, para ela, seu *status*, em parte mediador e em parte livre de ‘burguesia nacional’. As classes e os estratos de classes burgueses viam-se na contingência de resgatar esse *status*, embora a quatro mãos estivessem empenhadas numa cruzada pró-imperialista²⁸ (FERNANDES, 2005, p.379).

A forma de intervenção das burguesias brasileiras, diferentemente de outras burguesias, que foram mais tolerantes, flexíveis e democráticas ante as demandas das classes populares, impedia

uma força de irradiação inesperada. Por isso, acabaram repercutindo e fermentando, de modo quase incontrolável, no próprio radicalismo burguês: ‘contaminaram’ estudantes, intelectuais, sacerdotes, militares, vários setores da pequena-burguesia etc. além disso, infiltram influências especificamente antiburguesas e revolucionária nas massas populares, despertadas mas refreadas pela ‘demagogia populista’, o que estabelecia um perigoso elo entre miséria e pobreza, ‘pressão dentro da ordem’ e convulsão social” (FERNANDES, 2005, p.377).

²⁷ “O Estado nacional, irrefreavelmente intervencionista, por efeito da extrema diferenciação e do crescimento congestionado de suas funções econômicas diretas e de suas múltiplas funções culturais, converteu-se numa formidável ordem administrativa (por causa de seu corpo de funcionários e de técnicos) e numa considerável força socioeconômica (por causa da massa das empresas estatais e das inúmeras áreas em que incidiam, coativamente, os ‘programas especiais do governo’). A burguesia sempre solapara esse processo. Contudo, ela dependia dele e tinha que admiti-lo e estimulá-lo, procurando, não obstante, manter o Estado e suas forças econômicas, culturais e políticas como uma esfera controlada e segura do poder burguês. O poder burguês se esvaziaria se perdesse o monopólio do poder estatal, e a prefiguração dessa ameaça calou fundo mesmo em grupos burgueses que gravitavam pelas searas do radicalismo burguês e da ‘demagogia populista’” (FERNANDES, 2005, p.377-378).

²⁸ “Esses três focos de pressões diretas e indiretas atuaram convergentemente, imprimindo à crise do poder burguês uma significação política catastrófica e compelindo as classes e os estratos de classe burgueses a buscar, nos interesses materiais e políticos comuns, uma unidade de classe, por precária que fosse. A questão já não era ‘ganhar tempo’ e transferir reiteradamente para o futuro o enfrentamento com o a realidade. Mas usar a dominação de classe e o poder de classe da burguesia como elementos ativos de sua autodefesa e autoprivilegiamento políticos: tratava-se, em suma, de conjurar os fantasmas, reais ou imaginários, que povoam os sonhos dourados das classes e dos estratos de classe burgueses, ou seja, de travar uma verdadeira batalha pelo ‘mundo burguês’, aparentemente ameaçado” (FERNANDES, 2005, p.380).

que nessa sociedade de classes se estabelecesse “qualquer articulação com as pressões dentro da ordem das classes operárias e das classes destituídas [e] que eles possam absorver as pressões contra a ordem dessas mesmas classes” (FERNANDES, 2005, p.384). Desta forma, essa dominação burguesa e o padrão burguês ficam

estritamente confinados aos interesses e aos meios de ação das classes burguesas. Ao se fecharem sobre si mesmas, as classes e os estratos de classe burgueses comprimem seu campo de atuação histórica e o seu espaço político criador, propriamente reformista ou revolucionário (FERNANDES, 2005, p.384-385).

Na verdade, o que se colocava para essas burguesias era a “autocracia”, com verniz de “democracia forte” para sua unificação, e o que de fato as uniam eram os privilégios, seus *status*. Destarte, “por elementar e tosca que seja, essa forma de hegemonia burguesa transferiu para as mãos da burguesia o controle do tempo, do espaço e da sociedade, fixando os ritmos internos do impacto da industrialização intensiva e da eclosão do capitalismo” (FERNANDES, 2005, p.390)

As burguesias se fortaleciam, portanto, culminando em sua hegemonia e na conclusão de sua “revolução burguesa” *sui generis* caracterizada pela contrarrevolução permanente, no período de sua reorganização e união²⁹ para atender aos interesses da fase monopolista do capital na era do imperialismo total e, com isso, acirrar a dependência externa e o desenvolvimento interno desigual. Essas burguesias se utilizaram intensamente da tecnocracia e dos militares para coroar sua contrarrevolução e perpetuar a autocracia burguesa, mesmo porque, ela não tinha apoio popular para promover as mudanças exigidas pelo capitalismo monopolista³⁰.

²⁹ “A unificação dos interesses de classes e da solidariedade de classes, com fundamento nos elementos da situação material compartilhados universalmente (embora com densidade desigual) por todos os setores da burguesia, como classes possuidoras, preenchia a função assinalada, de concentrar e de centralizar socialmente as forças econômicas, socioculturais e políticas de que dispunham. Dessa forma, as classes e os setores de classe burgueses podiam aproveitar, estrutural e dinamicamente, as vantagens de sua condição de minoria, ou seja, dos ‘pequenos números’, utilizando tais vantagens de modo consciente, deliberado e organizado. Essa concentração e essa centralização do poder real processavam-se, simultaneamente, em dois níveis: o das relações diretas de classes; e o de dominação de classe mediada pelo Estado nacional” (FERNANDES, 2005, p.391).

³⁰ “A impregnação militar e tecnocrática é uma resultante, embora seja uma resultante de caráter primordial e essencial. As classes e os estratos de classes burgueses só poderiam prescindir dessa impregnação se contassem com amplo apoio ‘vindo de baixo’, isto é, das classes operárias e das classes destituídas. Mas, se tivessem semelhante apoio, seria um contrassenso que empreendessem uma contrarrevolução modernizadora e regeneradora. Os ‘fatos duros’ revelam, porém, o contrário, que a reação autodefensiva da burguesia só podia atingir seu ponto de maturação e de eclosão sob forte e persistente impregnação militar e tecnocrática. Era da própria essência do padrão agregado ou articulado de hegemonia burguesa que transferissem para certos setores burgueses, civis e principalmente militares, as tarefas centrais do momento histórico autodefensivo e contrarrevolucionário da burguesia. Pode-se afirmar com segurança que, se a burguesia brasileira não possuísse estratos médios e altos fortemente instalados, em massa, ‘dentro do Estado’ (os quais constituíram uma autêntica *burguesia burocrática*, dotada de poder estatal e de ampla liberdade para usar este poder), os processos de unificação e de centralização do poder burguês eclodiriam no vazio histórico. Em vez de serem coroados por uma contrarrevolução e pela restauração da ordem burguesa, eles esbarriariam no agravamento dos conflitos com o ‘inimigo central’ e, talvez, se esboroariam de maneira melancólica. Dessa perspectiva, a militarização e a tecnocratização tanto do movimento contrarrevolucionário da burguesia (em suas diversas fases: conspirativa, de assalto, e consolidação do poder etc.) quanto do Estado nacional ‘regenerado’, autocrático burguês, são intrínsecos à

A militarização e a tecnocratização se transformam, assim, nos baluartes da dominação burguesa no país, sem a ditadura militar e sem estratos das burguesias controlando o Estado, essas burguesias talvez não conseguissem promover as transformações necessárias para manter sua posição privilegiada nessa sociedade a expensas da exclusão da maior parte da população nesse processo e na afirmação do “consenso burguês”³¹.

As transformações ocorridas consolidam, portanto, o poder burguês e a sociedade de classes na fase do imperialismo total, que tem como resultado: a autocracia, a contrarrevolução, o autoritarismo, o privilégio, a exclusão, entre outros³².

A dominação irrestrita do Estado por parte dessas burguesias era condição *sine qua non* para impor a dominação à sua maneira, através da repressão e da elevação das desigualdades sociais. De acordo com Florestan Fernandes (2005, p.399),

Para o bem ou para o mal, é através do Estado, portanto, que essa ditadura de classe iria mostrar quais são os parâmetros políticos do modelo autocrático-burguês de transformação capitalista. Se as demais condições são mantidas ou se elas se alteram muito pouco, a ‘aceleração da burguesia’ (que é o efeito histórico da industrialização intensiva e da eclosão do capitalismo monopolista) só pode levar ao incremento e à agravação das desigualdades econômicas, sociais e políticas preexistentes.

Assim, essas burguesias constituem no Brasil um “Estado nacional sincrético”³³, utilizando-o de maneira a defender exclusivamente seus privilégios contra aqueles que poderiam se qualificar enquanto seus inimigos: a classe operária e os destituídos. E a favor daqueles considerados aliados: as burguesias das sociedades capitalistas avançadas.

reação autodefensiva da burguesia e instrumentais para os fins históricos imanentes, de autoafirmação e autoprivilegiamento das classes burguesas. Se ambos não ocorressem e, ainda mais, se não atingissem níveis altos e persistentes, a crise do poder burguês provavelmente culminaria em uma ‘revolução contra a ordem’” (FERNANDES, 2005, p.395-396).

³¹ “O consenso burguês aparece como um consenso duplamente vinculado com as impulsões autocráticas da burguesia brasileira: por causa da estrutura da sociedade de classes; e por causa do caráter contrarrevolucionário assumido pela reação autodefensiva das classes e dos estratos de classe burgueses. Ele não só acolhe como endossa a militarização e a tecnocratização como processos de preservação e de consolidação do poder” (FERNANDES, 2005, p.397).

³² “Como a economia, a sociedade e o Estado se encontraram envolvidos por igual em tal passagem, não houve área ou esfera em que as consequências negativas, passageiras ou persistentes, deixassem de se refletir: depressão de salários e da segurança no emprego, e compressão o direito a greve e de protesto operário; depressão dos níveis de aspiração educacional das ‘classes baixas’, e compressão das ‘oportunidades de educação democrática’; depressão dos direitos civis e dos direitos políticos, e compressão política e policial-militar etc.” (FERNANDES, 2005, p.398).

³³ “Esse Estado nacional não poderia nem deveria surgir na crista da Revolução Burguesa. No entanto, nas condições do desenvolvimento capitalista dependente, ele constitui uma exigência mesma dos ritmos históricos, sociais e políticos que essa revolução assume na periferia (dentro da Europa e fora dela). A industrialização que se atrasa, indefinidamente, no tempo, que se descola do desenvolvimento do mercado interno, da revolução agrária e da urbana, ou que se dá sem que tais processos adquiram certa velocidade e intensidade, e que se compensa e avança graças ao intervencionismo estatal e ao empuxo externo dos dinamismos do capitalismo mundial, fragmenta a Revolução Burguesa” (FERNANDES, 2005, p.407).

3) Considerações Finais

Florestan Fernandes tem a preocupação de apreender por que a revolução brasileira terá como desfecho uma contrarrevolução permanente. Para tanto, procura entender a relação entre regime de classes e organização capitalista, ou seja, a relação entre classe social e padrão de desenvolvimento. Ele procura entender o campo das oportunidades históricas que está determinado em cada contexto histórico-estrutural, como a sociedade muda e o que está inscrito nesse padrão de mudança.

O autor identifica nas burguesias brasileiras resistência sociopática à mudança e intolerância à luta de classes, assim, não há espaço nem para a mudança, nem para o entendimento. Essas características das burguesias vão fazer com que a concorrência e a luta de classes percam sua capacidade criativa, pois as burguesias as bloqueiam e cristalizam nessa sociedade a dupla articulação: continuidade de laços de dependência, ou seja, prolongamento do colonialismo e; conformação de uma sociedade de classes típica da segregação social, isto é, um desenvolvimento interno desigual, por conta do passado escravocrata.

As causas do subdesenvolvimento se devem à forma como se deu a revolução burguesa (foi uma contrarrevolução). Ela é liderada por uma burguesia que é impotente para se contrapor ao imperialismo. Essa revolução fica sob o comando de um egoísmo exacerbado, de burguesias que são incapazes de liderar um Estado democrático e independente.

O desenvolvimento desigual e combinado passa por decisões políticas, tais quais: como se articulam as relações externo-interno; como se articula o velho com o novo; como se articulam o Estado e o mercado; e como se articula a relação capital-trabalho.

A base material da economia subdesenvolvida exige a combinação do novo com o velho, pois essa combinação dá uma tendência mínima à autonomia. É a existência dessa combinação que cria as possibilidades de proteger esse capitalismo da incerteza estrutural. Tanto o moderno quanto o atrasado dependem dessa combinação. A manipulação ambiental e socioeconômica é a maneira de se defender das mudanças externas. Ela está ao alcance dessas burguesias e isso as faz sobreviver ante a incerteza estrutural. Assim, cria-se uma margem de segurança que permite suprir sua debilidade em relação às burguesias internacionais e que funciona como um colchão amortecedor que permite a transferência de renda interna para as burguesias. Por isso, nessas economias não se pode romper com a estrutura dual e heterogênea.

Imprescindível também, para essas burguesias, é a superexploração da mercadoria força de trabalho, que depende do exército industrial de reserva e da reprodução de formas anacrônicas das forças produtivas. O controle vem do atraso, que é orgânico no capitalismo dependente, por isso, não se pode eliminar o atraso, ou seja, o latifúndio, a favela, a miséria, entre outros. Essa situação não tem solução no capitalismo dependente.

O regime de classes dessa sociedade é heterogêneo e ultra elitista, portanto, vai produzir um padrão de estratificação social *sui generis*, que é a segregação social. A sociedade vai ser dividida entre os “possuidores de meios de produção” e os “não possuidores de meios de produção”, sendo que estes últimos se dividem em semi-integrados e condenados do sistema, que vivem todas as mazelas do capitalismo e ainda são marginalizados de seus benefícios. Esse proletariado tem dificuldade de sair do estado de anomia e de se organizar. Quando deixa de ser “condenado do sistema” para ser “semi-integrado”, é uma grande conquista, vai permitir à massa mudar de vida, mas não mudar o sistema. Ela fará o que for possível para não sofrer uma reversão desse processo.

Essas burguesias dependentes são impotentes para fora e onipotentes para dentro. São impotentes economicamente, financeiramente, politicamente e militarmente. Elas são heterogêneas. Trata-se de um padrão compósito de hegemonia burguesa, um colchão de retalhos, uma unidade de diferentes, mas que se unificam facilmente para manter a superexploração e a aliança com o capitalismo internacional.

Por um lado, a classe operária do capitalismo dependente tem dificuldade de superar seu estado de anomia, pois a abolição da escravidão não resolveu a segregação nem o racismo; e há uma degradação do trabalho na sociedade brasileira, principalmente o manual.

Por outro lado, o senhor de escravos renasce na figura do burguês moderno, que é o homem do lucro, do patrimonialismo, do estamento, assim, a mentalidade do burguês não se despoja de seu espírito patrimonialista.

Na fase do imperialismo total, há o capitalismo monopolista e a industrialização passa pela associação com o capital internacional, porque as bases técnicas e financeiras da sociedade dependente são muito estreitas. Há a internacionalização do mercado interno e as empresas transnacionais colocam como pré-requisitos a estabilidade e a segurança para a transferência de suas filiais.

Diante desse quadro de mudança, as burguesias brasileiras optam pela aliança com o capital internacional, que é o desfecho da revolução burguesa brasileira, sem resolver o problema democrático e com baixíssimo teor nacionalista. Assim, esse capitalismo dependente acirrará a desigualdade e a dependência externa, consolidando o Estado autocrático-burguês no contexto da contrarrevolução permanente e fortalecendo as características intrínsecas dessas burguesias que são antissocial, antidemocrática e antinacional.

Florestan Fernandes demonstra como o processo da revolução burguesa no Brasil, culmina em uma contrarrevolução com o golpe civil-militar de 1964 e o estabelecimento de uma autocracia-burguesa. As burguesias brasileiras abandonam por completo as bandeiras da revolução democrática-burguesa, se é que um dia foram portadoras desses ideais e alijam a maior parte da população de se beneficiar do caráter civilizatório do modo de produção capitalista.

Os benefícios do capitalismo são quase que exclusivamente apropriados por essas burguesias, que calibram o ritmo e a intensidade da industrialização na periferia, de acordo com seus interesses e em uma situação de subserviência ante os interesses das empresas transnacionais. O excedente econômico gerado internamente é dividido e apropriado pelas burguesias dos países hegemônicos e pelas burguesias brasileiras.

Florestan Fernandes explicita o processo de desenvolvimento da sociedade/economia brasileira, no período colonial, neocolonial, concorrencial e monopolista, demonstrando como as elites brasileiras, em todas as fases, tinham como única preocupação se beneficiar desses processos e aumentar seus privilégios. Mantiveram as oligarquias agrárias no poder e suas tradições como o mandonismo, o patrimonialismo, entre outras. Houve um processo de acomodação das elites e não de disputas fratricidas.

Na fase de transição do capitalismo competitivo para o monopolista, as burguesias brasileiras tiveram que se reorganizar, se unir, e fortalecer sua *solidariedade de classe* para criarem as condições favoráveis aos interesses das empresas transnacionais e dos países hegemônicos, em seu processo de reprodução ampliada de capital. Para tanto, essas burguesias não mediram esforços e promoveram as condições necessárias, desde o governo de Juscelino Kubistchek, e aprofundando a partir de 1964 para a adequação do mercado interno e a concentração de renda necessárias à introdução do capitalismo monopolista no país.

As demandas operárias e da massa da população, mesmo que “dentro da ordem”, pressionando para uma revolução democrático-burguesa, foram prontamente reprimidas. O Estado nacional, principalmente após o golpe civil-militar, é completamente capitaneado por essas burguesias e as reformas passam a atender exclusivamente a seus interesses. Elas monopolizam o Estado para si.

Na era do imperialismo total, o nível de dependência externa e o desenvolvimento interno desigual são acentuados – mesmo que com elevado crescimento econômico como no período denominado “milagre econômico”–, ou seja, não se rompe com a dupla articulação. Mantém-se parte da economia pré-capitalista ou subcapitalista, com trabalhadores nesses setores com um nível muito baixo de renda ou proteção social, mas atividades extremamente lucrativas para essas burguesias brasileiras e, na outra ponta, setores ultramodernos para atender aos interesses das empresas transnacionais. Perpetua-se, portanto, uma estrutura produtiva dual.

Essas burguesias brasileiras criam as condições para o desenvolvimento do mercado interno pleiteado pelas nações hegemônicas, com exclusão social e uma grande concentração de renda, para atender aos interesses das grandes corporações e para as indústrias que elas pretendem instalar na periferia; colocam o Estado em benefício de seus interesses, através da construção de indústrias estatais, principalmente em setores de base para atender a produção dessas empresas transnacionais,

muitas vezes, dando a impressão de que estaríamos caminhando para um capitalismo autônomo e para a melhoria das condições de vida da população, mas, na verdade, estávamos caminhando em outra direção, acentuando a dupla articulação: dependência externa e desenvolvimento interno desigual (segregação social).

4) Referências Bibliográficas

FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e luta de classes na América Latina*. 9. ed., Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*; prefácio de José de Souza Martins. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

MARX, K. & ENGELS, F. *A ideologia alemã (I – Feuerbach)*. 10. ed., São Paulo: Hucitec, 1996.

NOVAIS, F. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1888)*. 8. ed., São Paulo: Hucitec, 2006.

PRADO Jr, C. *A Formação do Brasil Contemporâneo*. 23. ed., São Paulo: Brasiliense, 1997.